



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse.
www.jornaldocomercio.com/agro



Agro cobra solução após veto da UE à carne

Produtos afetados pela medida representam 15,8% das exportações do setor no RS com destino ao bloco europeu

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

A confirmação do veto da União Europeia à importação de carnes, mel, peixes e outros produtos de origem animal do Brasil acendeu um sinal de alerta no agronegócio gaúcho. Oficializada na última sexta-feira, a medida deve passar a valer em 3 de setembro e poderá afetar produtos que representam 15,8% das exportações do agronegócio do Rio Grande do Sul para o bloco europeu.

A restrição foi adotada após a Comissão Europeia concluir que o Brasil não apresentou garantias suficientes de que toda a cadeia produtiva atende às exigências relacionadas ao uso de antimicrobianos em animais. Embora o governo brasileiro tenha proibido parte dessas substâncias em abril, os europeus consideraram insuficientes os mecanismos de comprovação e rastreabilidade apresentados pelo País.

Entre janeiro e maio deste ano, os produtos potencialmente atingidos pela medida somaram cerca de US\$ 121 milhões em exportações gaúchas para a União Europeia. No Brasil, o valor chega a aproximadamente US\$ 900 milhões, o equivalente a 8,6% de tudo o que o agronegócio nacional vende ao bloco.

Para o assessor de Relações Internacionais da Farsul, Renan Hein dos Santos, a decisão europeia não pode ser considerada uma surpresa. Segundo ele, as regras foram publicadas em 2023 e os critérios operacionais para comprovação da conformidade dos países exportadores foram divulgados em outubro de 2024.

“O tema já era conhecido e havia um prazo para adaptação. A

obrigação de comprovar o cumprimento das exigências foi formalizada em outubro do ano passado. Nesse contexto, o Brasil não apresentou garantias suficientes dentro do prazo esperado”, afirma.

Na avaliação da entidade, houve falha do governo brasileiro na adaptação aos requisitos exigidos pela União Europeia. Ao mesmo tempo, a Farsul entende que a decisão também ocorre em um contexto de proteção do mercado europeu e das negociações envolvendo o acordo comercial entre Mercosul e União Europeia.

“O uso de antimicrobianos como promotores de crescimento não é uma prática padrão da agropecuária brasileira nem da gaúcha. O problema está na comprovação burocrática e documental das exigências. Por isso, vemos uma combinação entre dificuldades do Brasil em demonstrar conformidade e uma postura da União Europeia que também tem componentes de proteção ao seu mercado”, avalia Santos.

A principal preocupação, segundo ele, está na necessidade de ampliar mecanismos de rastreabilidade capazes de comprovar o histórico dos animais e dos produtos exportados. Como a medida entra em vigor em menos de três meses, a expectativa do setor é que o governo federal consiga negociar um prazo adicional de adequação.

No RS, carne de frango deve sofrer maior consequência

Para a cadeia produtiva gaúcha, o impacto varia conforme o segmento. A carne de frango, por exemplo, tem a União Europeia como principal destino das exportações do Estado. Já o mel natural tem o bloco como terceiro principal mercado comprador.



Entre janeiro e maio, produtos alcançados pela medida somaram US\$ 121 milhões em vendas externas

No setor de carne bovina, os efeitos diretos tendem a ser menores em termos de volume exportado, mas ainda assim preocupam a indústria. Segundo o presidente-executivo do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados do Rio Grande do Sul (Sicadergs), Ronei Lauxen, o mercado europeu vinha sendo apontado como uma oportunidade de crescimento para os frigoríficos gaúchos.

“Nos surpreendeu desde o início. O Brasil exporta carne para a União Europeia há décadas e a decisão ocorre justamente em um momento de avanço das discussões envolvendo o acordo entre Mercosul e União Europeia”, afirma.

De acordo com ele, as vendas de carne bovina gaúcha para o bloco representam atualmente cerca de 2% do volume total exportado pelo setor. Apesar da participação relativamente pequena,

a preocupação está na perda de um mercado considerado estratégico por seu alto valor agregado.

“Nosso objetivo é justamente valorizar os diferenciais da carne gaúcha, seja pelas raças produzidas aqui, seja pelas condições ambientais de produção. A União Europeia é um mercado exigente e importante nesse processo”, destaca.

Caso o veto seja mantido, o setor avalia que haverá condições de redirecionar a produção para outros destinos internacionais. A demanda global por carne bovina permanece aquecida, o que reduziria os impactos sobre o volume exportado.

Ainda assim, Lauxen alerta para um possível efeito indireto da medida. “Sempre que ocorre uma situação como essa, o sinal de alerta se acende. Existe preocupação de que outros países utilizem o mesmo entendimento

adotado pela União Europeia. Por isso, esperamos que o Brasil consiga reverter a situação antes da entrada em vigor da restrição”, diz.

Em nota, a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) ressaltou que a decisão europeia não decorre de problemas sanitários ou de irregularidades identificadas na produção brasileira. Segundo a entidade, a discussão envolve o reconhecimento, por parte da União Europeia, dos mecanismos oficiais de fiscalização e controle adotados pelo Brasil.

Posicionamento semelhante foi adotado pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec). A entidade afirmou que o Brasil segue habilitado a exportar carne bovina ao mercado europeu até setembro e que o setor privado trabalha em conjunto com o Ministério da Agricultura na elaboração de protocolos para atender às novas exigências.

Índices da Pecuária

ANÁLISE DO DIA 4 DE JUNHO DE 2026

* Apuração válida para o período de 4/6 a 11/6

Boi gordo peso vivo	+4,0%
Boi gordo a rendimento de carcaça:	+2,0%
Vaca gorda a peso vivo	+2,4%
Vaca gorda a rendimento de carcaça	+2,3%
Terneira	+10,9%
Terneiro	+3,2%
Novilha	+2,4%
Novilho	+1,5%

O mercado do boi gordo apresentou aumento em todas as modalidades avaliadas nesta semana. Esse movimento é reflexo da entressafra, período em que a disponibilidade de animais prontos para abate tende a ser menor no estado. Além disso, o mercado ainda sente os reflexos do ciclo de baixa dos últimos anos, marcado pelo elevado abate de fêmeas, que contribuiu para reduzir a oferta de animais.

GADO DE REPOSIÇÃO

28/05/2026	TERNEIRA				NOVILHA			TERNEIRO			NOVILHO			VACA		
	6-12m	13-24m	25-36m	Prenhe	6-12m	13-24m	25-36m	6-12m	13-24m	25-36m	Prenhe	Inverno	Falhada	Com cria		
MÁXIMO	15,82	13,26	-	-	15,64	12,8	-	-	10,56	-	11,56	-	-	-		
MÉDIO	15,02	12,36	10,58	-	15,04	12,18	-	11,06	10,06	10,26	10,76	-	-	-		
MÍNIMO	14,22	11,46	-	-	14,44	11,38	-	-	9,56	-	9,96	-	-	-		

PV = peso vivo | PC = peso carcaça | *Valores à vista, em R\$/kg. | *No caso de obtenção de somente um valor, usou-se o fator e 2,05 na conversão de peso vivo para peso de carcaça correspondente. | * Variações correspondentes sempre à semana anterior | ■ Estável ● Subiu ◉ Desceu

GADO GORDO

28/05/2026	PV MACHO	PC MACHO	PV FÊMEA	PC FÊMEA
MÁXIMO	13,5	25,5	11,5	23,5
MÉDIO	13	24,5	10,75	22
MÍNIMO	12,5	23,5	10	20,5

FONTE: NESPRO/UFRGS